

6° SIMULADO

TCE RJ

ÁREA: CONTROLE EXTERNO
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

Simulado TCE/RJ Área Controle Externo – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE/RJ;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-02-05-20>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS**

Felipe Luccas

Progresso

Outrora eram as feras, os relâmpagos, os sonhos medonhos e a ira dos deuses que assombravam o espírito dos homens; agora, em contraste, é o medo do latrocínio, do “crash” financeiro, dos distúrbios mentais e do colapso ambiental que nos acossa. Naquela época, as pessoas às vezes ingeriam veneno por ignorância; hoje em dia, melhor equipadas e interconectadas, elas se envenenam umas às outras. No passado, havia a ignorância e a penúria; agora, o absurdo e a abundância nos destroem. Em sociedade ou a sós consigo, o homem tornou-se o pior inimigo do homem.

(Adaptado de Eduardo Giannetti, “Trópicos utópicos: Uma perspectiva brasileira da crise civilizatória”, São Paulo, Companhia das Letras; 2016)

01. Infere-se do texto um contraponto histórico de problemas da humanidade.
02. O autor argumenta que, atualmente, feras, relâmpagos, sonhos medonhos e ira dos deuses não são os medos contemporâneos da humanidade.
03. Depreende-se do texto que o autor registra uma visão negativa da abundância.
04. Sem prejuízo à coerência do texto, a forma verbal “acossa” poderia ser substituída por “assola”.
05. O autor estrutura seu texto empregando estruturas assimétricas, para marcar a diferença entre passado e futuro.
06. Considerando o título e as ideias veiculadas no texto, conclui-se que o autor elenca o progresso e a vida em sociedade como causas para os medos da humanidade.
07. Os vocábulos “penúria” e “abundância” se correlacionam por antonímia no contexto.

08. O uso do ponto e vírgula no texto marca a separação de segmentos independentes que já possuem vírgulas internas.

09. No último período do texto, o vocábulo “ou” expressa valor exclusivo.

10. As aspas em “*crash*” *financeiro* indicam visão irônica e depreciativa do autor em relação aos problemas atuais do homem.

TEXTO II

O nascimento do Brasil já é singular *per se*: quem proclama a independência da colônia é o herdeiro da coroa metropolitana. Dom Pedro I era o sucessor natural do trono português, e, ainda assim, decidiu separar os destinos de Brasil e Portugal em definitivo. Comparando com os casos dos nossos vizinhos latinos, onde a independência foi feita de forma abrupta da Espanha e daí surgiram repúblicas caudilhistas sem a menor conexão com o legado espanhol, é de uma surpresa incrível.

Nossa primeira Constituição também é digna de nota: foi a única da época a determinar quatro poderes. Geralmente as que então surgiram apresentavam os três típicos das democracias liberais: Executivo, Legislativo e Judiciário. O caso brasileiro adicionava um quarto: o Poder Moderador, idealizado pelo teórico suíço Benjamin Constant, que via nele a chave para a garantia da estabilidade política em qualquer regime democrático. A existência do Poder Moderador fez do Brasil uma monarquia constitucional e estável, características jamais vistas no continente latino-americano.

A queda da monarquia brasileira é explicável justamente pelo Poder Moderador – no caso, a ausência dele. O imperador Dom Pedro II estava doente e muito fragilizado, o que deu ao Conselho de Ministros – o Poder Executivo da época – um poder maior que o estabelecido na Constituição. Com isso, o gabinete liberal defensor da implantação da República conseguiu certo apoio político e em certas classes sociais descontentes com os rumos do país para protagonizar o golpe republicano de 1889. A fraqueza de um dos poderes fez cair por terra o único regime de governo que garantiu ao Brasil estabilidade política.

<https://renovamidia.com.br/coluna-os-militares-na-politica-um-breve-paralelo-historico/>

A respeito das estruturas e sentidos do texto II, julgue os itens a seguir.

11. Infere-se do primeiro parágrafo que o autor considera peculiar que o herdeiro do trono português tenha proclamado a independência de sua colônia.
12. A expressão “*per si*” (1º parágrafo) foi empregada com sentido de “por si, de modo individual ou isolado”.
13. De acordo com o texto, o Poder Moderador fiscalizava os demais poderes, a ele subordinados, garantindo assim a estabilidade política.
14. De acordo com o último parágrafo, o enfraquecimento do Poder Moderador e o conseqüente aumento de poder e influência do poder executivo foram fatores determinantes para a queda da monarquia brasileira em 1889.
15. A expressão “Com isso” (3º parágrafo) expressa uma conseqüência.
16. Haveria prejuízo à correção gramatical e aos sentidos originais, caso “ainda assim” (1º parágrafo) fosse substituído pela locução “não obstante”.
17. A vírgula após “português” (1º parágrafo) marca a separação de orações com sujeitos distintos.
18. Sem prejuízo à correção gramatical, o vocábulo “onde” (1º parágrafo) poderia ser substituído por “cuja”.
19. No segundo parágrafo, os sinais de dois-pontos foram empregados para introduzir esclarecimentos.
20. No segundo parágrafo, os segmentos “da estabilidade política” e “do Poder Moderador” exercem a mesma função sintática.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

21. De acordo com a administração pública patrimonialista, o servidor público trabalha para atender aos cidadãos, considerados consumidores e clientes, mediante a descentralização da decisão e das funções.
22. A obrigatoriedade de concurso público para a contratação de servidores e estabilidade no serviço foram medidas instauradas pela CF/88.
23. As mudanças implementadas na Reforma do DASP envolveram a instituição do Regime Jurídico Único, que era um desejo de Getúlio Vargas desde que tomou o poder em 1930.
24. O processo de privatizações foi iniciado no governo Collor, dentro de uma lógica gerencialista e de crise fiscal dos anos 90.
25. A reforma administrativa de 1967, realizada por meio do Decreto-lei n.º 200, ampliou a administração direta, concentrando poder nos ministérios e limitando a flexibilidade na atuação das fundações e empresas públicas.
26. O Estado que buscou passar mais funções à iniciativa privada – de certa forma deixar de ser executor para regulador da atividade econômica – chamamos de Estado Regulador.
27. Governabilidade compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
28. O insulamento burocrático pode ser visto como o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias.

29. O PSO, uma das versões da Nova Gestão Pública (ou NPM), engloba a noção de tratamento como “cliente”, já que essa é uma noção mais ampla do que a de cidadão, que conta com direitos e deveres.
30. Segundo o PDRAE, O governo brasileiro não carece de “governabilidade”, ou seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Raphael Lacerda

*CPF CODIGO_ACAO DATA QUANTIDADE
VALOR_UNITARIO TOTAL*

As informações anteriormente apresentadas correspondem aos campos de uma tabela de um banco de dados, a qual é acessada por mais de um sistema de informação e também por outras tabelas. Essa tabela (ORDEM_DE_COMPRA) visa guardar as ordens de operações na bolsa de valores. No problema proposto, considere também a existência de uma tabela CLIENTE e outra ACAO.

31. Um banco de dados para guardar as informações apresentadas precisa seguir algumas características como ser autodescritivo, possuir isolamento e evitar compartilhamento, haja vista que os programas não possuem informações sobre o armazenamento de dados.
32. Caso fosse feita a modelagem do sistema proposto, CODIGO_ACAO seria definido como uma entidade por existir no mundo real e ser distintamente identificado.
33. A tabela ORDEM_DE_COMPRA pode ser uma tabela associativa resultante do relacionamento N:N entre CLIENTE e ACAO.
34. Os metadados da tabela ORDEM_DE_COMPRA ficarão guardados em uma estrutura do SGBD chamada catálogo, cuja finalidade principal é armazenar as definições dos esquemas do banco.

35. Com o objetivo de reduzir a redundância em um projeto de banco de dados, são aplicadas regras conhecidas como Formas Normais. Portanto, conclui-se que a tabela ORDEM_DE_COMPRA segue corretamente a Terceira Forma Normal.

36. Caso o Diretor Financeiro da empresa responsável pelo sistema pedisse um relatório de quantas ordens de compra foram executadas no 2 trimestre de 2020 para a ação PETR4 para tomar decisões a respeito de futuros investimentos, nesta situação, no contexto de análise da informação, o relatório representa um conhecimento.

37. Tendo como premissa que a base de dados utilizada para salvar a tabela acima está com data no padrão brasileiro, caso queira saber a quantidade total de ações ITSA4 vendidas entre maio de 2019 e maio de 2020, então o analista responsável teria que executado o seguinte SQL:
`SELECT sum(QUANTIDADE) FROM ORDEM_DE_COMPRA WHERE data BETWEEN '01/01/2019' AND '01/01/2020'`

38. Caso o analista resolvesse representar criar um modelo lógico que representasse a aplicação de compra de ações, não seria necessário se preocupar com o SGBD escolhido, haja visto, que aquele é independente deste.

39. CPF é uma chave estrangeira assim como CODIGO_ACAO, portanto garantem a integridade referencial do modelo, pois fazem referência à chave primária da tabela de CLIENTE e ACAO. Além disso, em conjunto formam a chave primária composta da tabela de ORDEM_DE_COMPRA.

40. Dados estruturados são guardados em uma estrutura de tabela de um banco de dados. Ademais, consomem mais espaço do que os não estruturados, justamente por constituírem a maior parte dos dados produzidos.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna

41. Na auditoria de regularidade, o exame da materialidade está associada ao montante de recursos envolvidos.
42. As auditorias de regularidade empregam ampla seleção de métodos de avaliação e investigação de diferentes áreas do conhecimento, em especial das ciências sociais.
43. As auditorias operacionais oferecem novas informações, conhecimento ou valor – por exemplo – ao tornar as informações existentes mais acessíveis às várias partes interessadas e ao fornecer recomendações baseadas em análises dos achados de auditoria.
44. O objeto da auditoria operacional está limitado a programas, entidades ou fundos, atividades (com seus produtos, resultados e impactos) ou situações existentes (incluindo causas e consequências).
45. A auditoria de conformidade é a avaliação independente para determinar se um dado objeto está em conformidade com normas aplicáveis identificadas como critérios. As auditorias de conformidade são realizadas para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
46. O auditor deve, previamente ao trabalho de auditoria, avaliar a conformidade com requisitos éticos da entidade, inclusive a independência.
47. Planejamento, como etapa inicial da auditoria, é uma fase isolada, que muitas vezes começa logo após (ou em conexão com) a conclusão da auditoria anterior.
48. A documentação, também conhecida como arquivo de auditoria, é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor.
49. Papéis de trabalhos transitórios são aqueles necessários ao trabalho somente por um período limitado, para assegurar a execução de um procedimento ou a obtenção de outros papéis de trabalho subsequentes.
50. Quanto maior o risco de distorção relevante que o auditor acredita existir, maior é o risco de detecção que pode ser aceito.
51. A materialidade determinada no planejamento da auditoria não estabelece necessariamente um valor abaixo do qual as distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, serão sempre avaliadas como não relevantes.
52. Técnicas de auditoria são itens de verificação, a serem executados durante a fiscalização para consecução do seu objetivo.
53. Circularização é a técnica que consiste na confirmação, junto a empregados e terceiros, de fatos alegados pela entidade.
54. O tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional.
55. A decisão quanto ao uso de abordagem de amostragem estatística ou não estatística é uma questão de julgamento do auditor. Entretanto, o tamanho da amostra não é um critério válido para distinguir entre as duas abordagens.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Sobre o controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

56. Situação hipotética: João teve o registro de sua admissão negado pelo Tribunal de Contas, por supostas irregularidades no concurso público.

Assertiva: ainda que não exista hierarquia entre o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo, caberá ao titular do controle externo o poder de revisar a decisão da Corte de Contas, desde que demonstre a ocorrência de irregularidade grave na decisão do Tribunal que negou o registro da admissão.

57. Decorrido o prazo de cinco anos desde a chegada do processo de registro de aposentadoria no Tribunal de Contas, haverá o registro tácito, pelo decurso do prazo, não cabendo mais ao Tribunal negar o registro do ato de aposentação.

58. O Tribunal de Contas da União tem o prazo de sessenta dias para emitir o parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, dispensando-se o contraditório e a ampla defesa nesse tipo de processo, em virtude da natureza meramente opinativa do parecer.

59. O parecer prévio é uma peça técnico-jurídica, de natureza opinativa, quando referente às contas do Presidente da República e dos governadores, mas terá natureza vinculante em relação às contas dos prefeitos municipais.

60. Caso o estado do Rio de Janeiro resolva instituir um órgão denominado tribunal de contas dos municípios, de natureza estadual e encarregado da fiscalização dos recursos dos municípios do respectivo estado, respeitando a competência do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, a criação dependerá de emenda à constituição estadual, não se aplicando a iniciativa reservada do Tribunal de Contas do Estado.

61. As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo judicial.

62. O controle de constitucionalidade realizado pelos tribunais de contas é sempre posterior e ocorre na via de exceção.

63. Não insere na competência do TCU a aptidão para examinar, previamente, a validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público, pois essa competência se insere no acervo de competência da função executiva.

64. Denomina-se controle de mérito aquele que tem por objetivo aferir o desempenho da gestão pública e confrontar os atos administrativos com a legislação.

65. Ao identificar uma ilegalidade, caberá ao Tribunal de Contas fixar prazo para o exato cumprimento da lei e, se não atendido, promoverá a anulação do ato ilegal, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

66. Os membros dos tribunais de contas nos estados possuem a garantia de vitaliciedade, podendo perder o cargo mediante decisão judicial transitada em julgado ou por meio de decisão da assembleia legislativa, em processo com ampla defesa.

67. O controle da administração direta sobre a indireta é um controle administrativo e por vinculação.

68. Em virtude da hierarquia presente nos sistemas de controle da administração, cabe ao controle externo expedir determinações ao sistema de controle interno e este, por sua vez, tem o dever de dar ciência ao Tribunal de Contas sobre as ilegalidades de que tiver conhecimento.

69. A interposição de recursos administrativos dá origem ao controle por provocação, que é uma forma de controle administrativo.

70. A instituição de comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades no Poder Executivo e punir os responsáveis é exemplo de controle parlamentar direto.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

No que se refere à contratação de serviços de informática, com base nas disposições da Lei nº 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

71. A prestação de serviços de informática por órgãos ou entidades que integrem a administração pública e que tenham sido criados para esse fim específico é hipótese de inexigibilidade, pelo caráter técnico dos referidos serviços.

72. Para contratação de bens e serviços de informática, adota-se obrigatoriamente o tipo de licitação “técnica e preço”, permitindo-se, contudo, a adoção de outro tipo em casos indicados via decreto do Poder Executivo.

73. A duração dos contratos de aluguel de equipamentos de informática ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

Em relação à organização administrativa e à legislação sobre as empresas estatais, julgue os itens a seguir.

74. O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias deverá observar regras de transparência, através da elaboração e divulgação de política de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas.

75. As empresas públicas e as sociedades de economia mista são dispensadas de realizar licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, em qualquer caso.

76. As licitações realizadas por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, visando também evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento.

Com base nas disposições da Lei nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação —, julgue os itens a seguir.

77. **Situação hipotética:** João requereu, como cidadão, o acesso a algumas partes de documentos classificados como sigilosos. **Assertiva:** nessa situação, deverá ser negado o acesso a todas as informações e João deverá aguardar o vencimento dos prazos de sigilo, caso ainda tenha interesse no acesso ao conteúdo pleiteado.

78. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades públicos mencionados na Lei de Acesso à Informação, desde que contenha a identificação do requerente e a especificação da informação requerida, com a indicação dos motivos determinantes da solicitação.

79. Para se classificar uma informação e definir o grau de sigilo a ser atribuído, deve ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério mais restritivo possível, levando-se em consideração o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

Com base no que dispõe a Lei nº 9.784/1999, que rege o processo administrativo federal, julgue os itens a seguir.

80. Determinada autoridade possui competência para decidir recursos administrativos e para editar atos de caráter normativo. O órgão em que trabalha está passando por uma reestruturação e o volume de trabalho aumentou muito no último mês. Nessa situação hipotética, a autoridade poderia delegar essas funções, ainda que para servidores que não lhe sejam subordinados hierarquicamente.

81. Considere que, no ano passado, foi proferida uma decisão em processo administrativo, favorável a um administrado. Posteriormente, em outro processo, foi dada nova interpretação para uma situação equivalente, de forma que o entendimento passou a ser desfavorável aos administrados, uma vez que o órgão jurídico explicou que o entendimento anterior contrariava a legislação. Nessa situação hipotética, a administração não poderá aplicar a nova interpretação de maneira retroativa, em observância ao princípio da segurança jurídica.

82. O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, salvo má-fé, contados da data em que foram praticados ou da percepção do primeiro pagamento, no caso de efeitos patrimoniais contínuos.

João, servidor público, praticou ato tipificado na lei de improbidade como causador de prejuízo ao erário, juntamente com José, seu cunhado, que trabalha na iniciativa privada.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens a seguir sobre os atos de improbidade administrativa.

83. Nesse caso, a contagem do prazo prescricional observará o mesmo regime, para o agente público e para o particular.

84. Nessa situação hipotética, a ação de ressarcimento a ser ajuizada para reparação dos causados ao erário é prescritível, caso o ato tenha sido praticado na modalidade culposa.

85. Caso seja decretada a indisponibilidade de bens dos indiciados, esta recairá sobre aqueles bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

Julgue as próximas assertivas, a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos elencados na CF/88:

86. Em que pese a natureza político-administrativa do processo de impeachment, entende o Supremo que o habeas corpus poderá ser utilizado para o requerer seu trancamento.

87. A Receita Federal poderá compartilhar informações referentes a lançamentos tributários, constantes de procedimentos fiscalizatórios, com órgãos de persecução penal para fins criminais, sem autorização judicial.

88. As decisões de Tribunais estrangeiros e do Tribunal Penal Internacional deverão ser submetidas ao processo de homologação de sentença, tendo em vista seu caráter complementar à jurisdição penal brasileira.

Julgue os itens que se seguem, sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária no Brasil:

89. Ato do Poder Executivo, consistente na revogação de aposentadoria anteriormente aprovada pelo TCU, não produzirá efeitos senão após confirmação da Corte de Contas.

90. Compete ao TCU, com exclusividade, fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União aos estados e municípios, não tendo a Controladoria-Geral da União, órgão de controle interno do Poder Executivo, legitimidade para auditar a destinação de tais recursos.

No que diz respeito ao Poder Legislativo, julgue o que se afirma abaixo:

91. A atuação do Congresso Nacional, no que diz respeito à sustação de atos do Poder executivo que exorbitem do poder regulamentar, é exemplo de controle político realizado pelo Poder Legislativo.

92. De acordo com o STF, assegura-se às minorias legislativas o direito de requerer a instauração de CPI que, no entanto, ficará submetida ao crivo do plenário da Casa respectiva.

Julgue as próximas afirmações, com base nas regras relativas ao Poder Judiciário, presentes na Constituição Federal e à luz do entendimento jurisprudencial:

93. De acordo com o STF, caberá recurso ordinário sempre que a interpretação dada a norma infraconstitucional ofender o princípio constitucional da legalidade.

94. Os regimentos internos dos Tribunais podem criar órgãos fracionários, com funções jurisdicionais, bem como órgão especial, com atribuições exclusivamente administrativas.

Julgue o que se estatui abaixo, a respeito das funções essenciais à justiça:

95. A escolha, pelo Presidente da República, do nome que irá chefiar a Advocacia-Geral da União não se submete à confirmação do Senado Federal.

No que concerne à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o que se afirma a seguir, levando em consideração o posicionamento da Suprema Corte sobre a matéria:

96. Dispositivo de Constituição Estadual que estabeleça atribuições a serem desempenhadas com o intuito de preservar a cultura e as tradições indígenas deverá ser declarado inconstitucional.

Julgue o que se segue, considerando as regras pertinentes ao processo legislativo descrito na Carta Maior:

97. No que se refere ao aspecto material do processo de aprovação das leis, as leis complementares possuem caráter residual em relação às matérias a serem disciplinadas por meio de lei ordinária.

Julgue o item subsequente, considerando o que estabelece a CF/88 acerca dos direitos sociais:

98. Os trabalhadores de empresas públicas exploradoras de atividade econômica poderão exercer o direito de greve, independentemente de regulamentação legal.

Com base no que determina a Constituição sobre os direitos políticos e de nacionalidade, julgue o que segue:

99. Brasileiro nato que adquirir voluntariamente outra nacionalidade poderá ser extraditado.

100. princípio da anterioridade eleitoral nos informa que lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor somente um ano após sua publicação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AFO

Luciana Marinho

101. Sobre os crimes fiscais, julgue o item a seguir:

Constituem crimes contra as finanças públicas tanto ordenar ou autorizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa, quanto a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.

102. Sobre crimes fiscais, julgue o item a seguir:

Constitui crime contra as finanças públicas ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, no último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

103. Sobre o processo orçamentário, julgue o item a seguir:

O PPA é um programa de médio prazo que se apresenta regionalizado, definindo suas diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital, a exemplo de um investimento público, e outras delas decorrentes, como também aos de programas de duração continuada.

104. Sobre a LRF, julgue o item a seguir:

O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só poderá ser aprovado esteja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como atenda ao disposto na LDO.

105. Sobre LRF, julgue o item a seguir:

A responsabilidade na gestão fiscal implica em ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios que afetam o equilíbrio das contas públicas. Isso é feito por meio do cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

106. Sobre a LDO conforme LRF, julgue o item:

A lei de diretrizes orçamentárias disporá também sobre o equilíbrio entre receitas e despesas. Por conta disso, a LRF fala que os critérios e forma de limitação de empenho tem de constar na LDO, sendo realizada por todos os Poderes e Ministério Público.

107. Sobre o LDO conforme LRF, julgue o item a seguir:

Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o anexo de Metas Fiscais, em que serão constituídas as metas anuais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, valendo para o exercício a que se referir e para o do exercício subsequente.

108. Sobre LDO conforme LRF, julgue o item a seguir:

Segundo à LRF, a lei de diretrizes orçamentárias ficará responsável em elaborar o Anexo de Riscos Fiscais, cuja finalidade primordial e exclusiva é avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

109. Sobre LRF, julgue o item que se segue:

O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na LDO e nas de crédito adicional.

110. Sobre LRF, julgue o item a seguir:

É permitido consignar na lei orçamentária crédito com dotação ilimitada, desde que se trate de dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

111. Sobre transferências, julgue o item a seguir:

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Nesse caso, é vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe essa diligência.

112. Em relação à Receita Pública, julgue o item.

Receita pública pode ser definida sobre dois aspectos. Em sentido amplo, receitas públicas são ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, e ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias. Em sentido estrito, são públicas apenas as receitas orçamentárias.

113. De acordo com a LRF, julgue o item seguir:

A LRF diz que uma operação de crédito tem a função de cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas e deverá ser autorizada por lei específica para atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

114. Conforme a LRF, julgue o item que se segue:

As operações de crédito, geralmente, classificam-se como receita orçamentária. Já as Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) são uma exceção à regra dessas operações, classificadas como receita extraorçamentária.

115. No tocante à Receita e Despesa, julgue o item a seguir:

Receitas públicas originárias, segundo a doutrina, são as arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Elas resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado, de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários.

116. Julgue o item a seguir:

Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em regulamento da autoridade fazendária, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

117. Julgue o item a respeito da dívida ativa:

A inscrição do crédito em dívida ativa configura fato contábil permutativo, uma vez que não altera o valor do patrimônio líquido do ente público.

118. Julgue o próximo item em relação à dívida ativa:

As contas de controle de dívida ativa visam a acompanhar o processo de inscrição e execução ao longo de determinado exercício. No encerramento do exercício algumas contas deverão ter os saldos zerados, a fim de evitar o acúmulo de informações referentes a exercícios anteriores e permitir o correto acompanhamento do processo no exercício seguinte. Entretanto, não deverão permanecer registrados os valores referentes a créditos pendentes de providências.

119. Segundo a CF, julgue o item que se segue:

Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, serão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar.

120. Sobre a CF/88, julgue o item:

A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos na LOA.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Raphael Lacerda

- 121.** Mineração de dados tem sido considerada uma combinação de pesquisas em estatística, inteligência artificial e banco de dados.
- 122.** Embora KDD e Data Mining sejam frequentemente entendidos como sinônimos, é importante frisar que, enquanto o KDD compreende todas as etapas para a descoberta do conhecimento a partir da existência de dados, a Mineração de Dados é apenas e tão somente uma das etapas do processo. No entanto, este se tornou mais conhecida do que o próprio processo.
- 123.** Uma árvore de decisão é um fluxograma semelhante a estrutura de uma árvore, onde cada nó denota um teste em um atributo e a abordagem empregada é a estratificação.
- 124.** A técnica de classificação visa a co-ocorrência entre os elementos, na qual tenta-se encontrar uma interconexão de objetos com o objetivo de expor características e tendências.
- 125.** A partir de um big data analytics, são utilizados softwares capazes de tratar *Big Data* e transformá-los em informações úteis para a sociedade dividindo o trabalho nas quatro dimensões: volume, variedade, valor e veracidade.
- 126.** A aplicações baseadas em Business Intelligence, em regra, utilizam-se de bases multidimensionais conhecidas como data warehouse com o objetivo principal de gerar visões de negócios baseados em análises diagnósticas, descritivas e preditivas.
- 127.** Mineração de dados ao reconhecer padrões não facilmente identificáveis em estruturas de dados. Ao lidar com dados de diferentes fontes, a técnica necessita fazer previsão, identificação, classificação e otimização.
- 128.** Se um analista fizer planos para a utilização de um modelo proprietário como CRISP-DM para a mineração de dados, a verificação da qualidade dos dados dar-se-á na fase de entendimento dos dados.

129. Na fase de modelagem de dados do CRISPM-DM os dados passam por um tratamento com o objetivo de melhorar a qualidade.

130. Caso em um modelo multidimensional de dados, o analista escolha sair da dimensão tempo para a dimensão vendedores, ele terá feito uma operação de drill-across.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme / Tonyvan

131. Revisão de controle de qualidade do trabalho é um processo estabelecido para fornecer uma avaliação objetiva, na data ou antes da data do relatório, dos julgamentos relevantes feitos pela equipe de trabalho e das conclusões atingidas ao elaborar o relatório.

132. Revisor de controle de qualidade do trabalho é um sócio ou outro profissional da firma, uma pessoa externa adequadamente qualificada, ou uma equipe composta por essas pessoas, de dentro ou de fora da equipe de trabalho, com experiência e autoridade suficientes e apropriadas para avaliar objetivamente os julgamentos relevantes feitos pela equipe e as conclusões alcançadas na elaboração do relatório.

133. Um sistema de controle de qualidade efetivo inclui um processo de monitoramento projetado para fornecer segurança razoável de que as políticas e procedimentos relacionados com o sistema de controle de qualidade são relevantes, adequados e estão operando de maneira efetiva.

134. Controles físicos, segregação de funções e revisões de desempenho são exemplos do componente do controle interno denominado atividades de controle.

135. A determinação, pelo auditor, da relevância de um controle para a auditoria, individualmente ou em combinação com outros, deve se pautar por critérios objetivos.

- 136.** Achado é a discrepância negativa entre a situação existente e o critério.
- 137.** O achado contém os seguintes atributos: critério (o que é), condição (o que deveria ser), causa (razão do desvio com relação ao critério) e efeito (consequência da situação encontrada).
- 138.** Em relação aos achados de auditoria, pode-se dizer que o critério é o referencial que indica o estado requerido ou desejado ou a expectativa em relação a uma situação objeto de auditoria, reflete como deveria ser a gestão, provendo o contexto para compreensão dos achados e avaliação das evidências.
- 139.** Um achado de auditoria deve ser desenvolvido de forma a apresentar uma base sólida às conclusões e às propostas de encaminhamento dos auditores, atendendo, necessariamente, aos seguintes requisitos básicos: ser relevante para os objetivos da auditoria para que mereça ser relatado; ser apresentado de forma objetiva e estar devidamente fundamentado em evidências; apresentar consistência de modo a mostrar-se convincente a quem não participou do trabalho.
- 140.** Em relação aos achados, pode-se dizer que o efeito é o elemento sobre o qual incidirão as ações corretivas que serão propostas.
- 141.** Os relatórios devem ser minuciosamente revisados pelo coordenador da equipe de auditoria e pelo auditor responsável pela supervisão do trabalho, com vistas a assegurar que as conclusões e as propostas de encaminhamento são aderentes e decorrem logicamente dos fatos apresentados.
- 142.** A metodologia utilizada na auditoria, que deve ser incluída no relatório, e que compreende os métodos empregados na coleta, no tratamento e na análise dos dados, deve ser exposta resumidamente, relatando-se os detalhes em anexo.
- 143.** Ao formular determinações e recomendações e posteriormente monitorá-las, o auditor deve manter sua objetividade e independência e, portanto, preocupar-se em verificar mais o cumprimento formal de deliberações específicas do que a correção dos problemas e das deficiências identificadas.
- 144.** A opinião não modificada é expressa pelo auditor quando ele conclui que as demonstrações financeiras foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável; enquanto a opinião modificada compreende a opinião sem ressalva, com ressalva, adversa ou a abstenção de opinião.
- 145.** O relatório de auditoria deve conter opinião modificada quando o auditor não conseguir obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para concluir que as demonstrações financeiras apresentam distorções relevantes.
- 146.** No parágrafo de ênfase, é comunicado assunto que já foi apresentado ou divulgado nas demonstrações, mas que é de tal importância que se justifica um destaque com intuito de chamar a atenção dos usuários das demonstrações contábeis
- 147.** No contexto do combate à fraude e à corrupção, o propósito dos controles detectivos é verificar os registros em busca de fraudes e corrupções que já ocorreram ou estão ocorrendo.
- 148.** Pelo modelo chamado de Diamante da Fraude, para que uma fraude ocorra é necessária a ocorrência de três fatores: pressão, oportunidade e racionalização.
- 149.** O ceticismo profissional é usado ao avaliar o risco e a materialidade, ao definir o objeto, o escopo e os critérios de auditoria correspondentes.

150. Ao fornecer asseguração limitada, a conclusão de auditoria afirma que, com base nos procedimentos realizados, nada veio ao conhecimento do auditor para fazê-lo acreditar que o objeto não está em conformidade com os critérios aplicáveis.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

De acordo com as normas vigentes de contabilidade pública, julgue o item a seguir, a respeito do alcance, do campo de aplicação e das características da informação.

151. Independentemente de personalidade jurídica, para que seja necessário elaborar Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais das Entidades do Setor Público (RCPGs) é preciso captar ou empregar recursos, adquirir e administrar ativos, incorrer em obrigações, realizar atividades para atingir os objetivos da prestação de serviços ou, de outra maneira, implementar a política governamental.

152. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é um ramo independente da ciência contábil, norteado pelos princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Acerca de aspectos técnicos da receita e da despesa públicas, julgue o item subsequente.

153. As receitas cujos valores extrapolarem o originalmente previsto na Lei Orçamentária Anual serão classificadas como receitas orçamentárias.

154. As despesas orçamentárias para o pagamento dos juros da dívida e para a amortização dessa dívida classificam-se, respectivamente, como transferências correntes e transferências de capital.

Acerca do suprimento de fundos, julgue o item a seguir:

155. Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

Acerca dos procedimentos contábeis patrimoniais, julgue o item a seguir:

156. A variação patrimonial diminutiva nem sempre é reconhecida no momento do fato gerador.

157. O acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses é um indicador de controle de um ativo.

158. O cancelamento de uma dívida passiva de entidade pública provoca uma variação patrimonial qualitativa.

159. O Recebimento de depósitos de terceiros passíveis de devolução impacta em um primeiro momento a situação líquida patrimonial. No momento da devolução há o retorno à situação patrimonial anterior ao recebimento.

160. O reconhecimento de um sítio arqueológico como ativo é facultativo. Porém, caso a entidade pública reconheça, deverá submeter esse bem a teste de valor recuperável, nas condições previstas nos normativos aplicáveis.

161. O valor para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa à época de sua aquisição ou desenvolvimento, caracteriza a base de mensuração denominada custo de reposição.

162. O custo de reposição reflete a substituição do potencial de serviços no curso normal das operações e, ainda, os custos que poderiam ser incorridos caso surgisse a necessidade urgente resultante de evento imprevisível, tal como um incêndio.

163. Uma entidade do setor público adquiriu um equipamento para exames de saúde, de modo a ampliar o potencial de serviços à população. O custo desse ativo foi de R\$ 50.000, acrescido de 10% de tributos não recuperáveis e 5% de tributos recuperáveis.

Para garantir o pleno funcionamento do equipamento, foram necessários ainda os seguintes recursos:

- pagamento a profissionais responsáveis pela instalação do ativo: R\$ 8.000;
- custos de realização de testes: R\$ 3.600;
- outras despesas administrativas incorridas: R\$ 100.

Após analisar essas informações, o gestor contábil do referido ente, considerando que o equipamento atende aos requisitos para reconhecimento, deverá reconhecer o imobilizado no valor de R\$ 66.600,00

164. A depreciação não cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado de uso.

Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue os itens a seguir:

165. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em oito classes de acordo com a sua natureza, patrimonial, orçamentária e de controle.

166. O processo de consolidação nacional deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta os dígitos 1 (Consolidação), 3, 4 e 5 (Inter OFSS), e excluir as que apresentam o dígito 2 (Intra OFSS).

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens a seguir:

167. A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (accountability) das entidades do setor público.

168. As receitas arrecadadas no exercício são evidenciadas tanto no balanço orçamentário como no balanço financeiro.

A tabela a seguir representa o balancete de verificação que dará origem às demonstrações contábeis de um ente público.

contas (em reais)	
disponível	10.500
salários e encargos	220.000
provisões (curto prazo)	8.000
receita de transferência	198.000
estoque de materiais de consumo (curto prazo)	28.000
financiamentos (longo prazo)	35.000
tributos a recolher	45.000
veículos pesados	70.000
depreciação acumulada	14.000
variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente (curto prazo)	1.500
terreno	120.000
despesa de água	6.000
receita de taxas	95.000
receita de aplicações	1.000
materiais permanentes	34.000
aplicações financeiras (curto prazo)	12.000
patrimônio/capital social	100.000
despesas de aluguel	34.000

169. No rol de contas acima, pode-se identificar 8 (oito) contas de ativo, sendo que deverá ser evidenciado no balanço patrimonial o montante de R\$ 262.000,00.

170. Na atualização monetária da dívida passiva temos um aumento da dívida a pagar, uma superveniência do passivo, a qual impacta negativamente a situação líquida patrimonial.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Julgue os itens a seguir sobre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

171. A imputação de débito tem eficácia de título executivo, sendo prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.

172. O Tribunal de Contas do Estado deverá encaminhar relatório de suas atividades, trimestral e anualmente, à Assembleia Legislativa, devendo também realizar a sua prestação de contas a este órgão legislativo.

173. O TCE-RJ é formado por sete conselheiros, indicados pelo Governador, após aprovação da Assembleia Legislativa.

174. O auditor, quando não convocado para substituir conselheiro, presidirá a instrução dos processos que lhe forem distribuídos, emitindo, em regra, o respectivo voto para apreciação do Plenário ou da Câmara para a qual estiver designado.

175. O auditor adquire a vitaliciedade logo após a posse, só perdendo o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens seguintes.

176. Os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições parafiscais e prestem serviço de interesse público ou social não se submetem à jurisdição do TCE-RJ, uma vez que prestam contas diretamente à autoridade repassadora dos recursos.

177. A tomada de contas especial sempre é instaurada pela administração, de ofício ou poder determinação do TCE-RJ, inexistindo hipótese de formação de tomada de contas especial diretamente no Tribunal.

178. A denúncia sobre matéria de competência do Tribunal de Contas deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legível do denunciante, sua qualificação e endereço, e estar acompanhada de prova ou indício concernente ao fato denunciado ou à inexistência de irregularidade.

179. As multas aplicadas pelo TCE-RJ serão atualizadas monetariamente, a contar da data da sua aplicação, até a data do efetivo pagamento.

180. O Vice-Presidente substituirá o Presidente do Tribunal em suas ausências e impedimentos, sucedendo-lhe em caso de vacância do cargo, a qualquer prazo, para concluir o período do antecessor.

Sobre os recursos cabíveis nos processos perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, julgue as assertivas seguinte.

181. Os embargos de declaração destinam-se a corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida e suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição do recurso de reconsideração.

182. O recurso de reconsideração possui efeito suspensivo e poderá ser interposto dentro do prazo de trinta dias, contados na forma regimental, cabendo a renovação do recurso por única vez.

183. Caberá agravo, interposto por escrito, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de cinco dias, contados na forma regimental, contra as decisões monocráticas adotadas pelo relator ou pelo Presidente do TCE.

184. Contra as decisões que adotarem tutelas provisórias caberá a interposição de recurso, sem efeito suspensivo.

A recente crise decorrente da Covid-19 ensejou a revisão dos procedimentos administrativos e a utilização de recursos de tecnologia da informação para permitir que os órgãos públicos continuassem a desempenhar as suas atribuições.

Sobre esse tema, julgue o item a seguir.

185. O Regimento Interno do TCE-RJ não regulamenta a possibilidade de utilização de julgamentos virtuais, exigindo a utilização de outros atos normativos para viabilizar essa forma de apreciação.

LICITAÇÕES, CONTROLE E CONVÊNIOS

Antonio Daud

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições contidas na Lei 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

186. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação o autor do projeto, básico ou executivo, seu cônjuge, companheiro ou parente de até 4º grau.

187. É dispensável a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, e a Administração fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação.

188. Considera-se inviável a competição no bojo de contratação de artista consagrado, pela crítica especializada ou pela opinião pública, desde que seja diretamente ou através de seu empresário exclusivo.

189. É expressamente vedada a criação de novas modalidades de licitação, diferentemente do que se observa em relação à combinação das modalidades previstas na Lei 8.666/1993, que o legislador implicitamente consentiu.

Suponha que determinado Secretário de Estado do Rio de Janeiro, após regular processo administrativo, aplicou a certa sociedade empresária contratada por hospital público estadual a sanção de “declaração de inidoneidade”.

Tomando por base a referida situação hipotética, à luz do disposto na Lei 8.666/1993 e do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue os dois itens que se seguem.

190. A referida sanção impossibilita a empresa apenada de licitar ou contratar com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

191. A sanção contratual poderia ter sido aplicada pelo dirigente máximo do hospital, na medida em que este foi o ente que figurou no instrumento de contrato.

Considerando a disciplina da Lei 10.520/2002, bem como o regramento geral de licitações e contratos, julgue os dois itens a seguir.

192. Situação hipotética: Determinado órgão estadual publicou edital de licitação na modalidade pregão, com vistas a selecionar empresa para prestação de serviços técnicos de tecnologia da informação, exigindo-se que a empresa que vier a ser contratada preste garantia de execução contratual no importe de 5% do valor contratado. Assertiva: O edital deve ser impugnado ante a impossibilidade de exigência de garantia no âmbito de um pregão.

193. O aviso do pregão deve ser objeto de publicação na imprensa oficial com o interregno mínimo de oito dias.

Em relação à regulamentação legal atinente ao Sistema de Registro de Preços (SRP), julgue os dois itens a seguir.

194. A licitação para registro de preços prescinde de prévia pesquisa de mercado, visto que não constitui obrigatoriedade para a Administração, a qual poderia optar por não realizar as contratações caso os valores registrados não lhe sejam favoráveis.

195. Os preços registrados em ata serão publicados trimestralmente, na imprensa oficial, para orientação da Administração.

No que se refere à prestação indireta de serviços públicos e ao regramento contido nas Leis 8.987/1995 e 11.079/2004, julgue os itens que se seguem.

196. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

197. Se o poder público decretar intervenção na concessão e, ao mesmo tempo, restar comprovado que não se observaram os pressupostos legais aplicáveis, será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

198. A fiscalização dos serviços objeto de concessão será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente, e, periodicamente, por comissão composta exclusivamente de representantes do poder concedente e da concessionária.

Tomando por base o regramento contido na Lei 12.462/2011, julgue os itens que se seguem.

199. A elaboração e aprovação do projeto básico é condição indispensável para a realização de qualquer licitação de obras com base no regime diferenciado de contratações públicas (RDC).


200. O RDC permite a adoção exclusivamente dos critérios de seleção do menor preço, maior desconto, técnica e preço, melhor técnica ou conteúdo artístico e maior oferta de preço.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-02-05-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE